

# BRASIL

Das Sucursais e dos Correspondentes

## R. DE JANEIRO

### Ainda sem previsão

"Sem descentralização tributária não há democracia, não há federalismo nem respeito aos direitos dos cidadãos que moram nos estados e municípios". Esta afirmação, referida com insistência pelo governador Moreira Franco (no momento em viagem pelo exterior tentando atrair pequenas e médias indústrias sem espaço no Mercado Comum Europeu), sintetiza o seu empenho na defesa de uma reforma tributária que permita a gerência de um maior bolo de recursos, hoje centralizados nas mãos da União, pelas administrações estaduais e municipais.

Os técnicos da Secretaria da Fazenda ainda não têm dados precisos — segundo argumentaram — para uma projeção de acréscimo orçamentário provocado pelas decisões que irão alterar o perfil da participação da receita pelos estados. "Vai depender de um conjunto de medidas ainda em fase de definição", alegou um dos assessores do órgão estadual que, numa estimativa a olha nu sugere que os ganhos no orçamento serão superiores a 20 por cento.

O governador Moreira Franco sempre associou a questão tributária à questão política. Moreira, que já foi prefeito de Niterói, ex-capitão do extinto Estado do Rio, disse ter a exata compreensão do problema por ter sentido na carne como prefeito e sentir agora à frente do governo estadual. Acha o governador do Rio que a descentralização tributária se constitui no "primeiro passo" para a independência política dos estados e municípios, no âmbito da Federação. "Só assim, a Federação passará a existir", sustenta. O governador fluminense admite, sem embargo, que a centralização dos recursos nas mãos da União sempre foi um fator de força política do regime autoritário. A descentralização tributária é uma das poucas bandeiras de consenso entre o PMDB e os partidos da esquerda no Rio — entre eles o PSB, do prefeito do Rio, Saturnino Braga.

## R.G. DO NORTE

### Algumas partidas

"Todo e qualquer benefício que a Constituinte venha trazer para o Estado e os municípios, trará não só o fortalecimento político de governadores e prefeitos, como também, a melhoria de vida às populações locais, com o investimento de impostos canalizados para suas necessidades". Com estas palavras, o deputado estadual Valério Mesquita, do PL, membro da Frente Municipalista Nacional, comemorou as decisões do plenário da Constituinte, ao repassar impostos que antes ficavam em poder da União.

Já o deputado peemedebista Carlos Eduardo Alves congratulou-se com a Constituinte e apóia incondicionalmente as opiniões do seu colega do PL, considerando que "um município forte é a base para um Estado forte". O deputado José Adécio, do PFL, também se uniu aos demais parlamentares, demonstrando o seu apoio à reforma tributária, em benefício dos municípios.

Outro ponto importante abordado por Valério Mesquita é que os recursos permanentemente na fonte recolhida abortarão carreiras como a do ministro Aníbal Teixeira, não permitindo a intermediação no repasse de verbas, além de evitar gastos com viagens e hospedagens, que alguns prefeitos são obrigados a realizar no intuito de liberar verbas para seus municípios. Uma tarefa, bastante humilhante, de acordo com o deputado.

Por sua vez o governo do Estado, na pessoa do secretário da Fazenda, José Daniel Diniz, considera que com a medida adotada os estados poderão realizar seus projetos sem as algemas do Governo Federal, investindo em obras realmente prioritárias e procurando fazer o que no Estado já se faz com alguma dificuldade, através do governo Geraldo Melo: Uma nova maneira de viver, onde cada cidadão tem o direito a um futuro melhor.

## R.G. DO SUL

### Volta o poder da caneta

O poder da "caneta" sempre foi importante na política, e o Rio Grande do Sul não foge à regra. Mesmo assim, nos últimos anos esta influência emagrecceu, no mesmo ritmo na crise econômica, que esvaziou ainda mais os já minguados cofres do governo estadual. A "Caneta" do governador perdeu força, limitando-se a servir para nomeações, uma



## Os caminhos da mudança

SUELENE TELES  
Da Editoria de Política

A reforma tributária a ser colocada em prática logo após a promulgação da Constituição se fará em duas vertentes. A primeira se dará por meio do crescimento direto das transferências dos fundos de participação dos estados e municípios, beneficiando basicamente os municípios pobres do Norte e Nordeste. A segunda se processará através da incorporação dos impostos únicos e especiais ao ICM, pelo adicional de imposto de Renda, imposto sobre as grandes fortunas, sobre combustíveis e lubrificantes e ainda pelo ressarcimento aos Estados exportadores. Na primeira, os efeitos surgirão logo após a promulgação da carta constitucional, cessando em 1993, quando os índices já terão atingido seus percentuais máximos. Na segunda, os efeitos se processarão indefinidamente e dependerá do Senado para a fixação das alíquotas.

Segundo o deputado Firmino de Castro (PMDB-CE), um dos principais articuladores das bancadas do Norte/Nordeste, quando a reforma estiver totalmente implantada a perda total da União deverá ser superior a 20%. "Será na média deste período que a União vai transferir aos estados e municípios receitas futuras que teria e não receitas atuais. A taxa de descentralização deverá corresponder à taxa de arrecadação".

Firmino de Castro negou que a reforma venha a gerar esse caos econômico que o governo vem anunciando. "A descentralização não irá inviabilizar economicamente a União. Estudos realizados no IPEA estimam que os efeitos do novo sistema tributário sobre as receitas da União correspondem a 1% do Produto Interno Bruto que, comparando ao déficit público, demonstra que es-

sa reforma é tímida". Firmino explicou que os subsídios que eram dados ao trigo, por exemplo, se aproximam do que a União vai transferir aos estados e municípios. "Com o novo sistema, não se chegará nem a resgatar a posição que os estados tinham no bolo tributário, com a reforma proposta pela Constituição de 1967".

**DESESPERO**  
O deputado cearense contou que "o desespero do governo só aconteceu na reta final das votações, quando, percebendo o quanto ia perder, tentou reduzir o tamanho do rombo. Começou então, lembra o deputado, a assediar as bancadas do Norte/Nordeste no sentido de que votassem nas propostas alternativas, com a volta aos impostos únicos e especiais para o controle da União e da emenda Mussa Demes, que previa a redução dos percentuais dos fundos de participação dos estados e municípios. No desespero, o governo tentou passar para os constituintes do Norte/Nordeste que, com a reforma, estes estados ficariam prejudicados com relação aos estados do Sul, o que não era verdadeiro".

O constituinte não sabe se por comodismo ou por inércia o Governo não teve qualquer participação na fase preliminar de elaboração da reforma. "Ao longo de todo processo o Governo ficou fora, chegou mesmo a assessorar tecnicamente na fase das comissões e subcomissões, mas quando descobriu o que ia perder, desesperou-se. Mas antes, tudo bem. Até mesmo o Centrão absorveu a proposta da Comissão de Sistematização. A tardia manifestação do Governo, no entanto, só fez gerar uma reação majoritária das bancadas e, o resultado é o que se observa".

Na lembrança dos constituintes que participaram de todo processo de elabo-

ração da reforma, não consta nenhum atrito por falta de acordo em algum ponto. Segundo o peemedebista cearense, "tudo foi se consolidando passo a passo, nas subcomissões, nas comissões e durante todo o processo. Sempre contamos com consenso das lideranças e de todas as forças dentro da Constituinte. Só na reta final é que surgiram os grupos de interesse".

Norte e Nordeste, por exemplo, achavam que não deveriam ter o adicional de 5% do Imposto de Renda, por considerarem uma extravagância técnica e beneficiar muito mais os estados já ricos. Em compensação, Sul e Sudeste queriam manter o quorum de 2/3 para que o Senado fixasse as alíquotas interestaduais de ICM. Norte e Nordeste queriam apenas maioria absoluta. "A partir desse impasse", contou Firmino, "começou a grande negociação. E, no final foram mantidos os dispositivos de interesses das regiões".

Essas negociações sempre contaram com o apoio majoritário dos interessados. Apenas alguns pequenos grupos teimavam em recrudescer em determinados pontos, "mas eram grupos pequenos sem qualquer poder de barganha dentro do contexto geral".

Firmino de Castro esclareceu também que não é correta a versão de que a reforma tributária estinguirá a figura do político "pires na mão" mendigando recursos à União. "Nada disso. O que vão acabar são as transferências aleatórias. Mas os investimentos do Governo Federal continuarão a ensejar negociações. O clientelismo tende a diminuir, assim como as transferências negociadas, o clientelismo fisiológico. E, no entanto, evidente que os estados e municípios tendem a se fortalecer um pouco mais, porque, evidentemente, terão mais dinheiro".

## RONDÔNIA

### Município mais forte

A nova sistemática de distribuição da arrecadação tributária da União beneficiará os municípios de Rondônia com um aumento de cerca de 30 por cento de suas receitas. Por outro lado, a do Estado cairá consideravelmente. Essa é a opinião do vice-governador do Estado, Orestes Muniz.

O vice-governador considera também que mesmo com a nova sistemática prevista na Constituinte, Rondônia precisa ser melhor afortunada com recursos da União. Até porque os compromissos que o Governo Federal assumiu quando elevou o território a Estado, não têm sido cumpridos rigorosamente, obrigando a administração estadual a se endividar para investir em escolas, hospitais, estradas, energia, saneamento, etc.

Orestes Muniz diz que Rondônia tem razões de sobra para reclamar uma "fatia" maior do "bolo" da receita federal: "Nós somos um Estado consumidor que paga impostos para os produtores. Como os impostos que pagamos voltam para a União, é justo que Rondônia receba de volta aquilo que pagou, enriquecendo os outros estados e a própria União".

Alguns técnicos ligados à área econômica do governo não falam sobre a reforma. Erasmo Maranhão, secretário da Fazenda, justifica que se fosse como suplente de deputado federal pelo Paraná, falaria sobre a reforma, mas como secretário do governo de Rondônia, não. Ele acha que é muito cedo para fazer uma avaliação das propostas embutidas na Constituinte e quer vê-las primeiro aprovadas para falar depois.

Para alguns assessores do governo, a reforma tributária, da forma como está prevista na Constituinte, não será "uma boa" para Rondônia. Eles entendem que vai beneficiar principalmente os estados industrializados, geradores de impostos, em particular o ICM. "Para um Estado como Rondônia, cuja arrecadação não cobre nem metade da folha de pagamento do funcionalismo, a reforma não foi nada boa", opinam técnicos e assessores governamentais.

## SÃO PAULO

### Chorando de barriga cheia

Na Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, depois de aprovado na Constituinte o novo sistema tributário, o clima é otimista mas não chega a ser de euforia. Afinal,

em seu orçamento um acréscimo de apenas nove por cento, o que em valores atuais corresponde a aproximadamente Cz\$ 5 bilhões.

Os técnicos da Fazenda paulista acreditam que as novas medidas seguramente irão servir apenas para aliviar as pressões que vêm sofrendo o Tesouro estadual, basicamente no que se refere ao déficit estrutural. Não apostam, entretanto, que sobrarão recursos para investimentos.

No Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista, as esperanças ficam voltadas para a possibilidade de uma maior independência política, na medida em que o novo sistema privilegia a independência econômica. O governador Orestes Quercia vê com bons olhos a idéia da descentralização de recursos.

Entretanto, as medidas previstas no novo sistema tributário, segundo os técnicos da Fazenda, beneficiam muito mais aos estados do Norte e Nordeste do que propriamente a São Paulo. Alegam que São Paulo, apesar de passar por dificuldades de ordem econômica, ainda é um exportador de recursos, o que diminui seu grau de dependência em relação ao Governo Federal. Nos estados do Norte e Nordeste, afirmam, a realidade é bastante diferente, já que possuem uma grande dependência do Governo Federal.

## S. CATARINA

### Efeito só a

### longo prazo

Técnicos da Secretaria da Fazenda do Estado ainda avaliam os efeitos da reforma tributária em Santa Catarina, embora o governador Pedro Ivo não demonstre grandes esperanças. Assessores do secretário Fernando de Mello, porém, admitem que a reforma poderá aumentar a arrecadação do Estado em cerca de 20 por cento.

É claro que com o aumento da cota do FPE e podendo fixar novas alíquotas sobre ICM, o Estado se beneficia. E temos municípios onde se explora o carvão que será beneficiado com o Imposto Único sobre Minerais, salientou o assessor da Secretaria.

Do ponto de vista político, tanto o coordenador da banca catarinense na Constituinte, senador Nelson Wedekin, quanto o líder do PMDB na Assembleia Legislativa, afirmam que estados e municípios não podem ser mais penalizados, e que o desgaste será irremediável se as verbas não forem descentralizadas. "A pressão política continua sendo necessária sobre a Constituinte", diz Wedekin.

O governador Pedro Ivo é cético em relação aos efeitos da reforma tributária para seu Estado. Segundo ele, os efeitos só se farão sentir daqui a alguns anos. "É ilusão pensar que estados e municípios terão incrementos imediatos", disse ele.

Já o prefeito de Florianópolis, Edison Andriano, que também é presidente da Federação Catarinense das Associações de Municípios, ressaltou que é fundamental que o texto aprovado pelo plenário da Constituinte seja incluído agora nas disposições transitórias da nova Carta.

Ele avalia que, somente para Florianópolis, se a reforma fosse implementada imediatamente, acarretaria um aumento da ordem de 30 por cento à arrecadação mensal, o que equivaleria hoje a cerca de Cz\$ 35 milhões.

## SERGIPE

### Autonomia política

O governador em exercício, de Sergipe, Benedito Figueiredo (PSB), acredita que com a reforma tributária votada pelos constituintes na última semana, os estados e municípios passarão a governar com uma maior autonomia política, administrativa e financeira. Mas ele fez uma ressalva, no sentido de que esta independência não vai acontecer da noite para o dia, logo após a promulgação da nova Constituição.

Segundo Figueiredo, apesar dos estados e municípios passarem a contar com uma suplementação de recursos no seu orçamento, que ainda não se sabe de quanto, após a reforma tributária, também aumentará suas responsabilidades. Ele disse que vários encargos sociais, que antes estavam sob a responsabilidade da União, agora serão assumidos pelos estados e municípios, "e ainda não sabemos se o que vai ser repassado é suficiente para uma independência financeira".

Na sua opinião, as coisas precisam estar bastante definidas, uma vez que o bolo maior da receita continua nas mãos do Governo Federal, e o que haverá é apenas um repasse de recursos para os estados. Ele apontou como um dos pontos positivos dessa reforma o fato de não causar ônus para a população. "A população não será penalizada pagando mais impostos".

Sobre uma independência política, Figueiredo acredita que fatalmente vai acontecer, já que historicamente a independência de qualquer estado ou país está atrelada à sua independência econômica. "O que não pode continuar existindo é essa política de pressão. Hoje vemos estados como Pernambuco e Bahia prejudicados por não estarem politicamente alinhados com o Governo Federal".

JULIO ALCANTARA



Maisson não conseguiu convencer os constituintes

## Governo fica sem Cz\$ 183 bi ainda este ano

SORAYA ALENCAR  
Da Editoria de Economia

A União terá uma perda de receita de Cz\$ 183 bilhões entre julho e dezembro se a Constituição for promulgada até o mês de junho próximo. A estimativa, feita pela Receita Federal, considera os aumentos dos índices dos fundos de participação que passam a vigorar com a nova Constituição. No caso do FPE (Fundos de Participação dos Estados) o percentual de transferência passa dos atuais 14% para 18%, sofrendo uma elevação de 28%. Já no FPM (Fundos de Participação dos Municípios) esse aumento será de 17% com o índice pulando de 17% para 20%.

Esse quadro, entretanto, adverte um técnico da Receita, demonstra apenas uma parte das consequências, para a União, que a reforma tributária votada pela Constituinte significará. Dentro dos próximos cinco anos, ou seja, até 1992, ele delineará uma perda de 23% da receita efetivamente disponível da União em favor dos estados e municípios. Foi essa situação que o governo, através da Secretaria da Receita Federal, tentou evitar, ou pelo menos minimizar, negociando com deputados e senadores. As conversas, no entanto, não obtiveram qualquer sucesso por uma razão simples: nessa questão o Governo não teve qualquer apoio parlamentar dentro da Constituinte.

Na realidade, a reforma é resultante de vários acordos feitos entre as bancadas regionais com cada grupo pensando no melhor para sua região, independentemente dos apelos técnicos ou políticos do governo José Sarney. O maior trunfo obtido pelas regiões Sul e Sudeste, que foi o de deixar de fixar a alíquota interna do novo ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), agora ICMS (também sobre serviços), foi negociado em troca do apoio ao aumento das transferências dos fundos de participação que beneficiará os estados pobres das regiões Norte e Nordeste.

Tanto para um lado como para o outro o Governo gritou. Primeiro porque somente com o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) a União perderá 7% sem poder transferir um percentual idêntico em termos de serviços para os estados e municípios. Já na questão do ICMS o desespero do Governo foi em consequência da transferência da competência para a cobrança dos impostos únicos — sobre energia elétrica, sobre minerais e sobre lubrificantes e combustíveis. De acordo com o texto aprovado, esses três impostos estão incluídos na base do ICMS que, por sua vez, contribuirá para uma total autonomia dos estados produtivos, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Foi logicamente por esse aspecto que as bancadas dos dois estados se empenharam tanto. Para apoiar essa causa, no entanto, os nordestinos e os nortistas se asseguraram que

a alíquota interestadual do Imposto terá que ser fixada pela maioria absoluta do Senado. Isso para evitar que os estados produtivos aprovelem, com um terço do Senado, uma alíquota alta, o que poderia prejudicar os estados importadores. Nesses acordos negociados em plenário, os parlamentares sequer tomaram conhecimento dos pedidos do Governo.

## FRACASSO

Perdida a batalha, agora o Governo prefere apostar no fracasso da reforma. Os técnicos da Receita enfatizam que se o não fizer grandes mudanças ele não conseguirá se sustentar, mas, por outro lado, os estados estarão numa situação idêntica. Para eles apenas os municípios saíram ganhando porque não têm uma dívida muito alta. Para os estados a situação prevista pelos técnicos é a de que eles serão filhos pobres com um pai pobre. Ou seja, eles não terão receita o suficiente para saldar as suas dívidas, apesar do aumento das transferências, enquanto a União já não terá mais como lhes ajudar.

Um exemplo citado foi o dos gastos que a União teve, no ano passado, com a rolagem da dívida dos estados. "Agora não se terá mais como se fazer isso...". Ao mesmo tempo, o Banco Central, que cuidou do saneamento dos bancos estaduais, também terá sua ação limitada. O novo texto constitucional diz que o BC não pode mais conceder financiamentos a órgãos públicos sob pena de aumentar a inflação em consequência da expansão dos meios monetários. Os técnicos apostam ainda num aumento considerável da carga tributária.

Dentro da Receita a afirmação uníssona é a de que o Governo não será o primeiro a dar a mão à palmatória e enviar projetos de leis ao Congresso propondo a criação de novos impostos até mesmo porque acredita que, paulatinamente, alguns encargos serão automaticamente transferidos para os estados e municípios. Esse posicionamento, no entanto, não pode ser dos mais confiáveis. Até quando o Governo aguentará? E como aguentará? Congelando a UR? Nesse caso, a consequência para o contribuinte é a mesma.

O grande argumento do Governo é o de que a descentralização não precisava ser tão abrupta da forma que foi aprovada pois, afinal, desde a emenda Passos Porto que ela vem sendo feita. Em 1976 as transferências para os fundos de participação correspondiam a exatos 5% da arrecadação do IPI e do Imposto de Renda e hoje o FPE está 14% e o FPM em 17%. Ou seja, antes a União transferia 10% da arrecadação dos seus dois maiores impostos e hoje ela transfere 33%. Porém, no entendimento dos governadores a reforma não foi abrupta ou inadequada, apenas representou um grande avanço dos estados rumo a uma situação de independência e portanto, do jogo e chantagem política.

## EQUIPE

ACRE — Dilma Tavares  
ALAGOAS — Raimundo Gomes  
BAHIA — Antônio Sampaio  
CEARA — Paulo Ernesto  
ESPÍRITO SANTO — Rita Tristão  
GOIAS — Valdir Morgado  
MARANHÃO — Ester Marques  
MATO GROSSO — Pedro Pinto  
M.G. DO SUL — Adilson Trindade  
MINAS GERAIS — Rogério Perez  
PARAIBA — Evandro Nóbrega

PARANA — Luiza Taranto  
PERNAMBUCO — Nivaldo Araújo  
PIAUI — Zózimo Tavares  
RIO DE JANEIRO — Luiz Carlos Maranhão  
R.G. DO NORTE — Zeinalde Castro  
R.G. DO SUL — Gustavo Krieger  
RONDÔNIA — Nelson Severino  
SANTA CATARINA — Luiz Carlos Cancellier  
SÃO PAULO — Mário Simas Filho  
SERGIPE — Ofélia Onias